

A História do Brasil

No século XVI, os portugueses começaram a colonizar estas terras e transferiram africanos para serem mão de obra escrava nos engenhos que construíram aqui. Por sua vez, estes trabalhadores forçados trariam novos alimentos e animais que mudariam a história dos povos originários para sempre.

Pré-História ou período Pré-Cabralino

Há evidências da presença de humanos no Brasil há pelo menos 12 mil anos. Cerca de três grandes grupos de seres humanos primitivos ocuparam o Brasil, como os caçadores-coletores, os sambaquis e os povos agricultores.

Podemos encontrar vestígios dos povos da pré-história em vários pontos do Brasil como, por exemplo, na Serra da Capivara (PI) ou em Lajedo de Soledade (RS).

Chegada dos portugueses ao território (1500)

Em 1500, os portugueses se dão conta que há terras no sul da linha do Equador e passam a ocupar o território. Isto mudaria para sempre a vida dos povos indígenas, dos africanos e dos europeus.

De acordo com a história oficial do Brasil, este período é denominado “colonial”, pois o Brasil passou a ser uma colônia do Reino de Portugal.

Período colonial (1500-1822)

Chama-se período colonial a época que vai de 1500 até 1822, ano da independência do Brasil.

Nesta época, o Brasil era governado por Portugal e isto significava que suas riquezas deveriam ir para este país. Também qualquer problema administrativo e com a justiça era resolvido ali.

Vejamos como se organizava a América Portuguesa.

Economia no período colonial

Os portugueses tinham como objetivo explorar as riquezas naturais do Brasil e o primeiro produto comercializado foi o pau-brasil.

Depois, os portugueses transplantaram o cultivo da cana-de-açúcar, já praticado na Madeira, para as Américas. Para trabalhar nestas plantações, os indígenas foram escravizados. No entanto, para complementar a economia das feitorias portuguesas na África, o tráfico negreiro foi estabelecido entre os dois continentes.

Organização política no período colonial

Para estimular o povoamento do novo território foi criado o sistema de Capitânicas Hereditárias onde uma pessoa recebia a propriedade de uma grande extensão de terra. Entre 1534 e 1536 foram distribuídas as 14 capitânicas-hereditárias que existiram no Brasil.

Como as Capitânicas Hereditárias não tiveram muito êxito foi estabelecido o Governo Geral cuja capital era Salvador. Esta atitude representava uma tentativa de centralizar a administração da colônia e torná-la mais eficiente.

Ocupação holandesa (1630-1644)

Outros povos europeus estavam interessados nos territórios da América. Franceses já haviam tentado tomar o Rio de Janeiro, mas foram expulsos pelos portugueses.

Igualmente, os holandeses expulsaram os portugueses do Nordeste e ali ficaram durante dez anos.

Ouro em Minas Gerais

No século XVIII, os colonizadores, finalmente, encontraram ouro no atual estado de Minas Gerais.

A exploração mineira mudou o feitiço da colônia: a capital foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro, para que a coroa portuguesa pudesse melhor controlar a saída do metal. Igualmente, houve uma grande emigração interna para esta região e a fundação de várias cidades no interior do Brasil.

Inconfidência mineira (1789)

A Inconfidência (ou a Revolta Mineira) foi um movimento para proclamar a independência da região de Minas Gerais. O pretexto foi a cobrança dos impostos atrasados – a derrama – que seria decretada pelas autoridades.

Em vista disso, um grupo de mineradores e intelectuais planejou destituir o governador e tomar o poder. Os planos, contudo, foram descobertos antes do dia combinado e os participantes foram presos. Somente um deles, conhecido como Tiradentes, foi condenado à morte por enforcamento.

Chegada da Família Real ao Brasil (1808)

Dentro do período Colonial, a chegada da Família Real é uma verdadeira mudança no Brasil.

Várias instituições são criadas no Rio de Janeiro como a Biblioteca Real, o Jardim Botânico, a Academia Militar. A fim de aumentar o status do Brasil, Dom João o eleva à categoria de Reino Unido em dezembro de 1815 e os brasileiros têm o direito a enviar seus próprios deputados para a corte de Lisboa.

Período imperial (1822-1889)

O período Imperial é subdividido em I Reinado, Regencial e II Reinado.

Primeiro reinado (1822-1831)

A independência do Brasil foi alcançada em 1822 e o sistema de governo escolhido foi a monarquia constitucional.

O novo governo enfrentou a rebelião na Província da Cisplatina e também o problema da sucessão do trono português. Como Dom Pedro I não havia renunciado à sua herança portuguesa, preferiu deixar o Brasil com seu filho menor de idade e rumar para Portugal.

Período regencial (1831-1840)

Como o herdeiro do trono brasileiro tinha apenas cinco anos, o governo do país foi ocupado por sucessivas regências. Este momento é marcado por várias revoltas contra o governo central como a Balaiada, a Sabinada e a Farroupilha.

Segundo reinado (1840-1889)

Diante das constantes revoltas, um grupo de conservadores passa a defender a antecipação da maioridade de Dom Pedro II e reforçar o poder central. Esta manobra ficou conhecida com o Golpe da Maioridade.

Durante o Segundo Reinado, a cafeicultura se expandiu e substituiu o açúcar como o principal produto da pauta de exportação. Nesta mesma época, os britânicos começam a pressionar pela abolição da escravidão, o que é feita de maneira gradual e sem indenização aos proprietários.

Isto causou uma verdadeira batalha política que fez com que a elite agrária não mais apoiasse a monarquia. Igualmente, para suprir a mão de obra escrava, a imigração europeia foi estimulada.

Guerra do Paraguai (1864-1870)

A Guerra do Paraguai foi um conflito militar iniciado após o Paraguai ter invadido o território brasileiro para atacar a Argentina.

Foi uma guerra que profissionalizou o Exército brasileiro e deixou os militares conscientes de sua força política. A ideia de república, sobretudo de características positivistas, passou a crescer entre os oficiais brasileiros.

Período republicano (1889 - dias atuais)

A república é instaurada depois de um golpe realizado por um grupo de militares em 15 de novembro de 1889. Uma nova Constituição é promulgada em 1891 e várias rebeliões acontecem no Brasil contra o novo regime político como Canudos, Contestado ou a Revolta da Armada.

A cena política é dominada pelas oligarquias estaduais que conseguem resultados favoráveis nas eleições através de fraudes. Para combatê-las, os estados prejudicados com este arranjo de poder se revoltam em 1930, com Getúlio Vargas à frente do movimento. Derrotado Washington Luís, Vargas assume a presidência onde ficará por 15 anos.

Era Vargas (1930-1945)

O governo de Getúlio Vargas foi marcado por várias fases distintas. Primeiro, Vargas escolhe os interventores estaduais, o que desagrade a elite paulista. O resultado é a Revolução de 32 e a promulgação da Carta Magna em 1934.

No entanto, devido à crescente mobilização de grupos de esquerda, concretizada na Revolta Comunista de 1935, Vargas institui o Estado Novo, onde as eleições são suspensas e o Congresso fechado.

A Era Vargas coincide com a imigração do campo para a cidade e a crescente industrialização do Brasil. Por isso, Vargas busca o apoio destes trabalhadores através da promulgação das leis trabalhistas que pautarão as relações de classe no Brasil até os anos 90.

República Nova (1945-1964)

Neste período, a sucessão presidencial e as eleições ocorreram sem interrupções até a ditadura militar em 1964.

Em 45, com o fim da Segunda Guerra, a ditadura varguista é criticada abertamente. Desta maneira, o Exército aplica um golpe e institui eleições, de onde sai vencedor o general Eurico Gaspar Dutra.

Vargas o sucede e este mandato é definido por uma intensa campanha pela nacionalização do petróleo que culmina na criação da Petrobras. No entanto, o possível envolvimento do presidente com a tentativa de assassinato de Carlos Lacerda precipita seu suicídio, em 1954.

Com a eleição de Juscelino Kubitschek, o Brasil entra na fase do desenvolvimentismo onde os recursos são canalizados para a construção de Brasília e a substituição de importações. JK, como ficou conhecido, é sucedido por Jânio Quadros, num governo que se aproximará de países socialistas como Cuba e China.

Jânio Quadros renuncia e seu vice-presidente, João Goulart (Jango) não é bem-visto pela maioria dos políticos por sua tendência progressista. Apesar disso, Jango consegue tomar posse, mas os militares e a sociedade civil dão um golpe em março de 64, quando se instala o regime militar.

Ditadura Militar (1964-1985)

A ditadura militar foi marcada pela censura, fim das eleições, perseguição a movimentos políticos considerados dissidentes e centralização política.

O regime militar, no final dos anos 70, foi se abrindo e concedendo liberdades políticas aos cidadãos de forma gradual com o objetivo de preparar a transição política. Esta foi realizada através da Lei da Anistia que permitiu a volta dos exilados, o fim da censura e as campanhas civis pelas Diretas Já.

República Nova (1985 - dias atuais)

A República Nova se inicia com a eleição indireta de Tancredo Neves à presidência, porém sua morte prematura o fez ser substituído por José Sarney.

Coube a este presidente convocar a Assembleia Constituinte e tentar reorganizar a economia brasileira que era devorada pela inflação. Mesmo assim, Sarney termina o mandato e Collor de Mello, em 1989, se torna o primeiro presidente eleito por voto direto em vinte e cinco anos.

Começava, então, a época do neoliberalismo no Brasil, onde houve a privatização de estatais, diminuição dos direitos trabalhistas e abertura do mercado nacional. Acusado de corrupção por aliados e opositores, a população vai às ruas pedir o impeachment do presidente que prefere renunciar a ser processado.

O vice-presidente de Collor de Mello, Itamar Franco, assume e ataca a inflação através do Plano Real, capitaneado pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Este ganharia as eleições de 1994 e passaria a emenda constitucional que garantia a reeleição dos cargos executivos, O próprio Fernando Henrique seria reeleito.

FHC, como passou à história, fez uma reforma no Estado brasileiro, adequando-o às pautas neoliberais. Contudo, embora a economia do país estivesse estabilizada, a má distribuição de renda continuava, o que impedia um verdadeiro crescimento do Brasil.

Com a eleição de Lula da Silva, em 2003, pela primeira vez um partido de esquerda chegava ao governo no Brasil. Apesar de sua aliança com setores conservadores houve uma diminuição real da miséria no país, conseguido graças à valorização dos preços das matérias-primas no mercado internacional.

Lula ainda repetiria o mandato, porém sua segunda passagem pela presidência foi pautada pelas denúncias de corrupção de vários aliados próximos ao presidente. Mesmo assim, o mandatário conseguiu passar o cargo para sua herdeira política, Dilma Rousseff.